

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA WOLF

**POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO: COMPARAÇÃO ENTRE A
POLÍTICA DE CAMPEÕES NACIONAIS ADOTADA PELA COREIA DO SUL E A
ADOTADA PELO BRASIL**

CURITIBA

2016

ANA PAULA WOLF

**POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO: COMPARAÇÃO ENTRE A
POLÍTICA DE CAMPEÕES NACIONAIS ADOTADA PELA COREIA DO SUL E A
ADOTADA PELO BRASIL**

Trabalho apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Iara Vigo de Lima

CURITIBA

2016

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA WOLF

POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO: COMPARAÇÃO ENTRE A
POLÍTICA DE CAMPEÕES NACIONAIS ADOTADA PELA COREIA DO SUL E A
ADOTADA PELO BRASIL

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Iara Vigo de Lima
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. José Wladimir Freitas da Fonseca
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 17 de Junho de 2016.

Dedico este trabalho de conclusão da graduação aos meus pais que de muitas formas me incentivaram e ajudaram para que fosse possível a concretização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a Deus, pela vida, bênçãos, oportunidades e proteção;

Aos meus pais, Sonia e Josenei, meus maiores exemplos, cujo apoio e incentivo foram fundamentais não apenas para o presente trabalho, mas durante toda a vida;

Ao meu irmão, João Gustavo, que mesmo com nossas diferenças sempre está ao meu lado independente de qualquer situação e que muito me auxiliou na elaboração desta monografia;

A Rafael, meu melhor amigo e companheiro, pelo incentivo, paciência e carinho;

À professora, Iara Vigo de Lima, pelo acompanhamento, orientação e auxílio na realização deste trabalho.

A todos os professores da graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná que compartilharam seus ensinamentos.

A todas as pessoas especiais do curso, dentre as quais cito apenas algumas, como Déborah, Ana Paula e Rosana, que mostraram que a faculdade é mais do que aulas; é também formação de importantes vínculos e amizades.

A todos que não foram diretamente aqui mencionados, mas que foram essenciais para minha trajetória acadêmica.

“É preciso ter caos dentro de si para dar à luz uma estrela cintilante”.

Friedrich Wilhelm Nietzsche

RESUMO

O presente trabalho teve como objeto de estudo apresentar uma comparação entre a política de campeões nacionais adotada pela Coreia do Sul a partir de 1960 e a adotada pelo Brasil sobretudo após 2008. Através de uma análise qualitativa das estratégias de política industrial empregadas por ambos os países, são expostas similaridades e diferenças observadas ao longo do processo de desenvolvimento econômico destas nações. O trabalho destaca que apesar da forte intervenção estatal existente nas duas economias durante os anos observados, as distintas abordagens de política industrial e macroeconômica empregadas, somadas aos cenários interno e externo de cada país, resultaram em desempenhos bastante diferentes. No caso sul coreano, além do modelo desenvolvimentista, o governo adotou explicitamente uma política de incentivo aos grandes conglomerados para que promovessem maior dinamismo na economia, o que elevou a Coreia do Sul ao status de país desenvolvido e melhorou significativamente seus índices econômicos e sociais. O Brasil, por sua vez, não assumiu oficialmente a adoção de uma política de campeões nacionais, no entanto, sabe-se que o governo, via BNDES, beneficiou algumas poucas grandes empresas sob a justificativa de que se tratavam de setores estratégicos para o desenvolvimento do país, embora não tenham de fato demonstrado tal importância. Diante desses enfoques, buscou-se apontar razões para as disparidades no desenvolvimento econômico apresentadas por Coreia do Sul e Brasil.

Palavras-chave: Coreia do Sul. Brasil. Política industrial. Desenvolvimento econômico. Política de campeões nacionais.

ABSTRACT

This work compares the national champions policies adopted by South Korea (since 1960) and Brazil (especially after 2008). A qualitative analysis of the industrial policy employed by both countries shows similarities and differences in their process of economic development. The work highlights that in spite of the strong state intervention that existed in both economies during the observed years, the different approaches of macroeconomic and industrial policy, in addition to internal and external scenarios of each country, resulted on very different performances. In the South Korean case, the government explicitly adopted a policy to help large conglomerates to promote more dynamism in the economy. This actually led South Korea to acquire a status of developed country, which significantly improved its economic and social indexes. Brazil, in turn, did not officially assumed the adoption of a national champions policy. However, it is well known that the Brazilian government benefitted a few large companies via BNDES, under the assumption that they were in strategic sectors for the country development, even though there are some controversies regarding this argument. Following this approach, we sought to emphasize some reasons for the disparities of economic development in both countries. .

Keywords: South Korea. Brazil. Industrial policy. Economic development. National champions policy.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - NOVAS CONCESSÕES DE BANCOS PRIVADOS E ESTATAIS	39
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PIB E PIB PER CAPITA DA COREIA DO SUL – 1958/90	127
TABELA 2 – EXPORTAÇÕES DA COREIA DO SUL – 1960/1991	20
TABELA 3 – ATIVIDADES DOS CINCO MAIORES CONGLOMERADOS DA COREIA DO SUL – 1981.....	27
TABELA 4 – PRINCIPAIS OBJETIVOS SETORIAIS PROPOSTOS PELA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO (PDP).....	33

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	12
2- COREIA DO SUL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ESTRATÉGIAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL.....	14
2.1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA.....	14
2.2 SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E ÊNFASE NAS EXPORTAÇÕES	15
2.3 O GOVERNO E OS PLANOS QUINQUENAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	18
2.4 AS FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	23
2.5 AS POLÍTICAS DE ALOCAÇÃO DE SUBSÍDIOS E A PARCERIA ENTRE O ESTADO E A INICIATIVA PRIVADA	25
2.6 OS "CHAEBOLS"	26
3- BRASIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E A POLÍTICA DE “CAMPEÕES NACIONAIS”	29
3.1. UM BREVE HISTÓRICO DA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS E INDUSTRIAIS NO BRASIL	29
3.2 POLÍTICAS INDUSTRIAIS RECENTES NO BRASIL.....	31
3.3 A POLÍTICA DE “CAMPEÕES NACIONAIS” NO BRASIL E O PAPEL DO BNDES.....	35
4- COMPARAÇÃO ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS ECONÔMICA E INDUSTRIAL DE COREIA DO SUL E BRASIL.....	41
4.1 OS DIFERENTES PADRÕES DE FINANCIAMENTO	41
4.2 PLANEJAMENTO SUL COREANO X PLANEJAMENTO BRASILEIRO	45
5- CONCLUSÃO.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

1- INTRODUÇÃO

A política industrial pode ser entendida como um conjunto coordenado de ações, envolvendo os setores público e privado no intuito de aumentar a competitividade da indústria. Para tanto, os governos selecionam setores considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico do país e fornecem incentivos e subsídios ao seu fomento. Assim, ao escolher determinados setores para que recebam proteção e benefícios, em detrimento de outros, os governos estão direcionando suas ações para a formação de um modelo de desenvolvimento. Deste modo, as políticas industriais consistem em ações e instrumentos empregados pelas nações, segundo Schapiro (2009) a fim de promover imediatamente o setor produtivo e mediamente a competitividade nacional, com isso gerando o desenvolvimento e a elevação dos índices econômicos e sociais de um país.

Apesar de utilizadas por muitos países, historicamente, as políticas industriais são alvo de críticas tanto por parte de teóricos da economia quanto de agentes políticos representantes de países desenvolvidos. De acordo com Suzigan e Furtado (2006), um dos pontos prediletos das críticas são as intervenções do tipo “escolha de campeões”, pois implicam a substituição dos mecanismos de mercado por decisões burocráticas. Contudo, independentemente do arcabouço teórico empregado, o fato é que a participação dos governos na promoção da atividade produtiva pode apresentar resultados bastante antagônicos, dependendo dos rumos tomados, conforme demonstram as experiências sul coreana e brasileira.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar a evolução histórica das decisões governamentais na tentativa de promover o desenvolvimento econômico de Coreia do Sul e Brasil. Para isso, são descritas as ações e metas de política industrial implementadas por cada um dos governos, e especificados os resultados obtidos com a adoção da política de promoção de campeões nacionais.

O estudo está estruturado em três grandes seções, além desta introdução. A primeira trata da industrialização na Coreia do Sul, evidenciando como a forte relação entre o Estado e os grandes conglomerados contribuíram para o desenvolvimento econômico sustentado do país. A segunda seção apresenta as tentativas de planejamento existentes no Brasil, fazendo uma breve análise da importância da política de campeões nacionais adotada. No terceiro grande tópico é

feita uma comparação entre as trajetórias de desenvolvimento percorridas por estes países com base nas políticas industrial e macroeconômica aplicadas e nos contextos nos quais estavam inseridos ao longo do tempo circunscrito pela pesquisa.

2- COREIA DO SUL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ESTRATÉGIAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL

2.1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA

A divisão da Península Coreana, em 1945, criou duas unidades econômicas distintas, o norte e o sul. Após anos de disputa entre a ocupação das forças estadunidenses no sul e os interesses da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas no norte, em 1948 foi estabelecido o Estado da Coreia do Sul, que no mesmo ano, via Assembleia Nacional elegeu o primeiro presidente da República da Coreia do Sul, Syngman Rhee, responsável por governar o país até 1960. (MASIERO, 2000).

Apesar de ser tradicionalmente baseada na agricultura, a partir de 1953, a economia sul coreana passou por uma fase de reestruturação econômica, demonstrando bastante dinamismo industrial. A intensificação da industrialização no país caracterizou-se tanto pela forte intervenção do Estado na economia quanto pelos significativos investimentos estrangeiros, principalmente por parte dos Estados Unidos, que ainda preocupavam-se com a influência socialista no continente asiático.

Em função de sua importância geopolítica, da desestruturação da burguesia nacional e da pressão exercida pelos sentimentos nacionalistas, coube ao governo sul coreano desempenhar o principal papel no processo de reconstrução da base industrial. Esta base foi direcionada, naquele momento, para o atendimento das demandas do mercado interno quando, então, foi feita a opção pelo caminho da industrialização através da substituição de importações. (COELHO, 1994).

Embora tenha optado inicialmente por um modelo de substituição de importações, num segundo momento a Coreia do Sul reviu suas estratégias e decidiu adotar como padrão de industrialização a promoção da exportação de manufaturas, bem como a atração de investimentos estrangeiros que seriam direcionados ao mercado externo. (COELHO, 1994)

2.2 SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E ÊNFASE NAS EXPORTAÇÕES

As estratégias de desenvolvimento econômico sul coreano verificam-se fortemente guiadas pelo Estado, conseqüentemente, o processo de industrialização adotado foi definido pela centralização de políticas econômicas que deu prioridade aos setores de bens intermediários e de consumo não duráveis.

A excessiva centralização de poder econômico esteve presente durante todo o regime ditatorial do presidente Rhee na década de 1950. Somados a característica centralizadora de governo, estavam o suporte militar e econômico norte americano e a relação de privilégios com grupos econômicos dominantes no país. Frente a um contexto de deterioração política, favorecido por escândalos de corrupção que levaram a uma onda de protestos estudantis, Rhee renuncia em abril de 1960.

Em maio de 1961, um golpe militar coloca no poder o general Park Chung Hee que imediatamente após assumir a presidência removeu todos considerados corruptos e desqualificados do governo. Durante os anos que se seguiram, Park dirigiu a Coreia do Sul em marcha acelerada rumo à industrialização até 1979, quando é assassinado e substituído por outro militar, o general Chun Du Huan.

Com o intuito de libertar a Coreia do Sul da dependência dos Estados Unidos e da escassez de divisas, Park implementou um programa de investimentos, o Primeiro Plano Quinquenal, de 1962 a 1966, para expansão da indústria de manufaturas com forte incentivo as exportações. Ademais, para promover a indústria, o governo Park estatizou bancos comerciais a fim de acabar com relações ilegítimas desenvolvidas durante o governo de Rhee e utilizou o crédito bancário como alavanca para o crescimento das áreas selecionadas. (VILAIN, 2013).

Segundo Coelho (1994), durante o período dos regimes militares, que se prolongou por vinte e seis anos e foi guiado pelos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico, foi quando se materializou uma nova política de industrialização. Ao final da década de 1960, os formuladores de políticas do governo reconheceram a necessidade de reestruturar a economia, à época baseada em indústrias leves intensivas em mão de obra, transformando-a numa economia baseada em indústrias pesadas intensivas em tecnologia. A centralização do poder manteve-se nas mãos do Estado que enfatizou a produção voltada para o mercado exportador e a concentração econômica através da criação dos chaebols (conglomerados industriais formados

por empresas de diferentes setores, pertencentes a uma ou mais famílias e gerenciados por seus membros).

O modelo de substituição de importações, sozinho, não foi capaz de gerar maior dinamismo industrial em uma economia com pequeno mercado interno e com uma grande escassez de recursos naturais. Por isso, do enfraquecimento dessa estratégia de industrialização. Nesse sentido, o foco da política industrial de acordo com Kim (2005) mudou da promoção de ramos industriais estratégicos para a promoção de atividades relacionadas à inovação. Com o intuito de estabelecer uma forte infraestrutura produtiva e de indústrias exportadoras o governo não somente foi o responsável por formular políticas como também por implementá-las recorrendo a incentivos diretos e indiretos, inclusive obrigando o setor privado a alcançar um rápido aprendizado tecnológico, junto a elevadas taxas de crescimento. Além disso, podemos citar outras medidas adotadas pelo governo, tais como, a obtenção de volumosos empréstimos dos EUA; a estatização do sistema financeiro (a fim de garantir créditos em quantidade e condições adequadas ao fomento dos setores exportadores considerados relevantes); incentivos especiais como concessões fiscais, descontos alfandegários, acesso às moedas estrangeiras, entre outras formas de protecionismo; e a execução de seis planos quinquenais de desenvolvimento econômico, elaborados através de intenso planejamento governamental. (COELHO, 1994).

Embora a estratégia de industrialização orientada para as exportações fosse um ponto crucial das políticas de desenvolvimento, não era o único, afinal a formação de capital social em infraestrutura e mercado doméstico também eram alvos importantes para os investimentos. Contudo, foi essencialmente via promoção de exportações que ocorreu o expressivo crescimento da economia sul coreana de 1960 a 1990, conforme dados constantes na Tabela 1. Nela, pode-se observar que o PIB passou de aproximadamente US\$ 3 bilhões em 1958 para um valor em torno de US\$ 244 bilhões em 1990, enquanto que a renda per capita passou de US\$ 132 para US\$ 5.626 no mesmo período de tempo. (COELHO, 1994).

TABELA 1 - PIB E PIB PER CAPITA DA COREIA DO SUL - 1958/90

ANOS	PIB (Bilhões de US\$)	Variação do PIB (%)	PIB per capita (US\$)	Variação do PIB per capita (%)
1958	3.076	-	132	-
1963	3.633	18,10%	135	2,27%
1967	4.362	20,06%	146	8,14%
1969	7.108	62,95%	228	56,16%
1973	12.380	74,16%	376	64,91%
1975	19.089	54,19%	551	46,54%
1976	25.369	32,89%	707	28,31%
1977	34.615	36,44%	962	36,06%
1978	47.583	37,46%	1.298	34,92%
1980	58.246	22,40%	1.534	18,18%
1981	64.570	10,85%	1.671	8,93%
1982	68.183	5,59%	1.714	2,57%
1983	76.833	12,68%	1.921	12,07%
1984	81.814	6,48%	2.012	4,73%
1985	86.792	6,08%	2.104	4,57%
1986	98.307	13,26%	2.342	11,31%
1987	121.315	23,40%	2.842	21,34%
1988	171.311	41,21%	4.079	43,52%
1989	212.970	24,31%	5.023	23,14%
1990	244.043	14,59%	5.626	12,00%

Fonte: Adaptada de COELHO (1994).

Como podemos observar na tabela acima por meio do robusto crescimento do PIB e do PIB per capita, a Coreia do Sul deixou muito rapidamente de ser um país com base agrícola para se transformar em país desenvolvido, chegando a ter seu PIB aumentado em 74,16% entre 1969 e 1973. Cabe ressaltar que para que essa mudança ocorresse foram necessárias modificações radicais tanto em variáveis macroeconômicas quanto em fatores sociais e culturais.

2.3 O GOVERNO E OS PLANOS QUINQUENAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O empenho de planejamento econômico do governo sul coreano, associado ao sistema político autoritário e centralizador do longo período de regimes militares (de 1961 a 1987) e às intervenções governamentais em diversas frentes, são reconhecidas como as bases para a formulação e o cumprimento dos planos quinquenais de desenvolvimento econômico, que por sua vez, foram os responsáveis pela transformação de um país subdesenvolvido em uma economia que tem apresentado uma das mais altas taxas de crescimento entre as economias mundiais, conforme demonstra a Tabela 1 no item 1.2. (COELHO, 1994).

Segundo Masiero (2000), no início dos anos 60, o crescimento econômico foi liderado por uma política de industrialização que buscava a reconstrução do país através da substituição das importações. Posteriormente, mais especificamente na década de 70, foi implementada uma estratégia de desenvolvimento voltada para exportação, focada nas indústrias pesada e química. Nos anos 80 e 90, com uma estrutura industrial formada e com a democratização do país (em meados da década de 80), estratégias distributivas e de apoio a pequenas e médias empresas começam a ser implementadas, em contra partida ao sistema de subsídios, incentivos fiscais e crédito direcionado aos chaebols no início da fase de industrialização, característica primeira da organização industrial sul coreana tipificada por seu elevado grau de concentração na indústria.

O Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico (PQDE), de 1962 a 1966, representou os primeiros passos para a construção de uma estrutura industrial no país. O governo Park investiu na expansão da indústria de manufatura procurando essencialmente promover a substituição de importações. Para tanto, priorizou o estabelecimento de indústrias têxteis, de vestuário e de calçados – todas intensivas em mão de obra - além da construção de estradas, ferrovias e de usinas geradoras de eletricidade.

Conforme relata Vilain (2013), com o objetivo de desenvolver os setores da indústria o general Park estatizou bancos comerciais, promoveu a unificação e a desvalorização cambial e ofertou fortes subsídios fiscais, tais como isenção de impostos, reduções do Imposto de Renda e prêmios fiscais vinculados a metas de desempenho, o que aumentou em aproximadamente 10% o volume de exportações do período. No entanto, de acordo com Dall'Acqua (1991), a insuficiente poupança externa tornou inevitável uma crescente dependência do capital externo para a

instalação de indústrias de substituição de importações. Assim, indústrias de insumos básicos, como fertilizantes, refino de óleo, fibras sintéticas, cimento e PVC foram instaladas através de *join investment* com capital estrangeiro, que era atraído pela mão de obra barata, isenções fiscais e por incentivos associados a repatriação de lucros.

Desse modo, o primeiro PQDE obteve grande êxito em elevar as taxas de crescimento da economia sul coreana durante o período em que vigorou, todavia, o rápido crescimento econômico foi acompanhado pela crescente dependência do capital estrangeiro, o que levou a uma redefinição de objetivos no Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, quando a ênfase inicial nas indústrias de substituição de importações foi parcialmente desviada para a exportação de manufaturas leves. (DALL'ACQUA, 1991).

O Segundo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, de 1967 a 1971, consolidou o estabelecimento da indústria leve. Assim, a promoção de exportações baseadas em indústrias trabalho-intensivo mostrou-se a opção mais coerente com a disponibilidade de recursos do país, uma vez que este, era caracterizado por uma mão de obra que além de abundante, era disciplinada e razoavelmente educada. (DALL'ACQUA, 1991). Neste período verificou-se uma queda nas taxas de desemprego e um aumento nos salários reais. Ademais, o valor das exportações passou de US\$ 320,2 milhões em 1967 para mais de US\$ 1 bilhão em 1971, o que significou uma taxa média de crescimento anual de 33,77%, conforme demonstra a Tabela 2 com dados das exportações sul coreanas. (COELHO, 1994).

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES DA COREIA DO SUL - 1960/1991

ANOS	VALOR DAS EXPORTAÇÕES (Milhões US\$)	VARIAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES (%)
1960	32,80	-
1961	40,90	24,69%
1962	54,80	33,98%
1963	86,80	58,39%
1964	119,10	37,21%
1965	175,10	47,01%
1966	250,30	42,94%
1967	320,20	27,92%
1968	455,40	42,22%
1969	622,50	36,69%
1970	835,20	34,16%
1971	1.067,60	27,82%
1972	1.624,10	52,12%
1973	3.225,00	98,57%
1974	4.460,40	38,30%
1975	5.081,00	13,91%
1976	7.715,10	51,84%
1977	10.046,50	30,21%
1978	12.710,60	26,51%
1979	15.055,50	18,44%
1980	17.504,90	16,26%
1981	21.253,80	21,41%
1982	21.853,30	2,82%
1983	24.445,10	11,85%
1984	29.244,90	19,63%
1985	30.283,10	3,55%
1986	34.714,50	14,63%
1987	47.280,90	36,19%
1988	60.696,40	28,37%
1989	62.377,20	2,76%
1990	65.015,70	4,22%
1991	71.898,00	10,58%

Fonte: Adaptada de COELHO (1994).

Com base nas exportações começa a materializar-se a estratégia de industrialização “para fora” que necessariamente deveria atenuar o desequilíbrio no balanço de pagamentos do país. Apesar da gradativa reorientação às exportações, o desequilíbrio externo contínuo e as alterações na economia internacional no início da década de 70, a exemplo da primeira crise do petróleo, fizeram com que se fortalecesse o direcionamento da Coreia do Sul como economia exportadora. (DALL’ACQUA, 1991).

Nesse contexto, o Terceiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, de 1972 a 1976, caracterizou-se por direcionar sua estratégia no desenvolvimento das indústrias eletrônica, pesada e química. O governo fornecia às novas indústrias matérias primas, assistência financeira e empréstimos a baixas taxas de juros, com o objetivo de reduzir a dependência de matérias primas, máquinas, equipamentos e capital importados. (DALL’ACQUA, 1991).

Para suportar tamanho volume de financiamentos, o governo sul coreano criou em 1973 o Fundo Nacional de Investimentos, ano em que também implantou o Plano de Desenvolvimento da Indústria Química e Pesada, ambos concebidos de forma a propiciar crédito a baixas taxas de juros e reforçar incentivos para o desenvolvimento destes setores. Conseqüentemente, entre 1975 e 1979, 75% do investimento industrial realizado no país foi direcionado para as indústrias química e pesada. (VILAIN, 2013).

Apesar dos resultados satisfatórios obtidos com o comércio exterior, o rápido crescimento das indústrias acabou tornando ainda maior a disparidade existente entre os setores industrial e agrícola. Com vistas a amenizar esse desequilíbrio, o governo adotou uma política de apoio à agricultura por meio do *Saemaul Undong*, movimento que objetivava melhorar a renda e as condições de vida da população rural. Essa iniciativa política representou um dos principais pontos do terceiro PQDE que além da promoção das indústrias química e pesada e do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, visava a melhoria nas condições de vida nas áreas rurais e o bem-estar nacional. (MASIERO, 2000).

De acordo com Masiero (2000), o Quarto Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, de 1977 a 1981, visava o desenvolvimento de indústrias capazes de competir efetivamente nos mercados industriais internacionais. Sendo assim, as indústrias altamente tecnológicas e as que exigiam mão de obra qualificada, como as de máquinas ferramentas, eletrônicos e construção naval foram consideradas estratégicas. Além disso, o plano enfatizava a

melhora da eficiência administrativa e a geração de superávit comercial, com objetivo de diminuir a dependência do capital externo.

No final da década de 70, a recessão global provocada pelo choque dos juros e logo após pelo choque de preços do petróleo; as más colheitas do período; a alta da inflação; a crescente concorrência de outros NICs (Newly Industrialized Countries) e o assassinato do presidente Park desequilibram política e economicamente a Coreia do Sul.

Nesse contexto, segundo Dall'Acqua (1991), o Quinto Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, de 1982 a 1986, propõe uma profunda mudança na orientação do modelo econômico, enfatizando o papel social do governo; o alcance da estabilidade econômica; o aumento da eficiência econômica; a redução da dependência externa; a diminuição das despesas governamentais; a solidificação do sistema competitivo e a promoção da abertura comercial; e a prioridade às chamadas *Intensive Technology Industries*, tais como maquinaria de precisão, eletrônica sofisticada, comunicações e informática.

Em meados da década de 80, ocorreu uma reestruturação industrial aumentando a competitividade da economia sul coreana através do sexto PQDE que teve como meta promover um salto quantitativo e qualitativo no que diz respeito à capacitação tecnológica do sistema produtivo. (VILAIN, 2013).

Conforme coloca Masiero (2000), o Sexto Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, de 1987 a 1991, enfatizava a eficiência e a competitividade internacional da economia sul coreana por meio da liberalização dos mercados. Para tanto, as reformas políticas incluíam uma forte redução da regulamentação do governo sobre as empresas e a liberalização dos mercados financeiros, das importações e das taxas de câmbio. Todavia, Vilain (2013) salienta que embora os planos quinquenais quinto e sexto promovessem a crescente liberalização e a ênfase ao livre funcionamento dos mercados, o governo permaneceu direcionando os rumos e as prioridades do processo de desenvolvimento.

Com o sexto PQDE, além das medidas de política econômica como a redução gradual de determinados subsídios, a privatização de empresas públicas e a redução de empréstimos estrangeiros, o governo adotou também medidas de cunho social que almejavam elevar o nível das condições de vida da população, entre elas a criação de um salário mínimo em 1987, a implantação de um plano de aposentadoria no ano seguinte e a concessão de um seguro-saúde subsidiado pelo governo a partir de 1989.

Entre 1992 e 1996 foi formulado e implementado o Sétimo Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, através do qual, de acordo com Vilain (2013) foram estabelecidas como metas atingir o avanço da competitividade internacional, o desenvolvimento equilibrado, a abertura da economia e uma maior auto-sustentação econômica. Ademais, conforme colocado por Masiero (2000) o governo atribuiu ênfase à reorganização da educação e à promoção do treinamento profissional; à expansão da infraestrutura e eficiência no transporte, à melhorias na estrutura agrícola; ao restabelecimento das funções do governo e a expansão da abertura econômica.

Contudo, em 1993 com o novo presidente Kim Young Sam, o sétimo PQDE foi interrompido e substituído pelo Novo Plano de Desenvolvimento Social cujo objetivo principal era libertar a economia sul coreana do forte controle governamental. Outro importante objetivo era elevar a Coreia do Sul ao nível de países avançados. Porém, com base no que foi exposto sobre as estratégias adotadas ao longo dos anos, a Coreia do Sul já havia no início dos anos 90 se consolidado como uma nação desenvolvida que soube sabiamente responder às crises internas e externas pelas quais passou.

2.4 AS FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A trajetória do desenvolvimento econômico e industrial na Coreia do Sul tem como característica predominante a forte intervenção estatal na economia. Com objetivos bem definidos e políticas eficientes, o governo através dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico buscou incessantemente a industrialização.

Desde a Guerra da Coreia iniciada em 1950 e ao longo de toda a década de 60, os Estados Unidos injetaram quase 6 bilhões de dólares na economia sul coreana, fazendo com que a ajuda econômica norte americana correspondesse a 80% da formação de capital. (VILAIN, 2013). Munido com estes recursos o governo sul coreano investiu em infraestrutura e na criação do seu parque de indústrias de exportação.

Em 1961, de acordo com Canuto (1994), o sistema bancário de âmbito nacional foi reestatizado e o comando do governo sobre os fluxos de crédito interno e externo tornou-se quase absoluto. No que tange ao crédito interno, a única alternativa para os cinco bancos

comerciais de atuação nacional era o reprimido mercado semilegal de crédito, sem amplitude nem condições de operação suficientes para transações significativas de crédito a baixo custo. Logo, enquanto os bancos oficiais ofereciam empréstimos altamente subsidiados à exportação, o mercado semilegal funcionava com patamares de juros reais elevados. Já em relação ao crédito externo, as empresas sul coreanas eram incapazes de obter empréstimos no exterior sem garantias de pagamento emitidas pelas instituições financeiras domésticas controladas pelo governo.

Diante desse cenário, o governo tinha plenas condições de regular o acesso aos mercados internacionais de capital, a destinação setorial do capital externo e os tipos de projetos de investimento a serem financiados por empréstimos externos. Assim, tanto interna quanto externamente os empréstimos bancários eram criteriosamente analisados e sua alocação extremamente controlada pelo Estado. (CANUTO, 1994).

Além do perfil desenvolvimentista, na Coreia do Sul consolidou-se uma estreita relação entre o Estado e os grupos empresariais. O controle financeiro permitiu ao governo promover os setores “escolhidos” pela política industrial e a alta capacidade de monitoramento garantiu que os incentivos concedidos fossem acompanhados de aumento de produtividade, elevação na produtividade e no potencial de exportação. (GUIMARÃES, 2010).

Para Canuto (1994), uma peculiaridade do arranjo sul coreano era a exposição dos bancos estatais em relação aos chaebols e vice-versa. Considerando os níveis de alavancagem financeira e a concentração temporal dos investimentos na indústria pesada, tratava-se de um processo de crescimento com endividamento de cada grupo como um todo, no qual as receitas de suas atividades correntes eram usadas para compor a parcela de recursos próprios em novos investimentos, em vez de servir para o resgate das dívidas anteriores. Dessa maneira, quanto mais cresciam os chaebols, mais se tornava uma simbiose sua relação com o objetivo estatal de rápida industrialização.

Contudo, este padrão de financiamento sofreu uma grande mudança no início de 1980 através da reforma financeira que privatizou o sistema bancário e desregulamentou as operações das instituições financeiras não bancárias. Essa reforma no sentido da liberalização do mercado significou, portanto, uma redução no protecionismo estatal, porém não alterou o caráter de “emprestador de última instância” do Estado, agente central do desenvolvimento econômico e industrial sul coreano ao longo dos anos.

2.5 AS POLÍTICAS DE ALOCAÇÃO DE SUBSÍDIOS E A PARCERIA ENTRE O ESTADO E A INICIATIVA PRIVADA

O desenvolvimento econômico e a capacitação tecnológica da indústria na Coreia do Sul foram reconhecidamente impulsionados e sustentados pelo Estado através de empréstimos, subsídios fiscais e políticas protecionistas. O governo investiu fortemente em infraestrutura, educação, ciência e tecnologia.

Durante todos os Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico, o Estado foi o responsável pela definição dos setores que seriam priorizados pela política industrial. Ele não só concedia empréstimos e alocava subsídios, como também premiava ou punia as empresas dependendo de seus resultados. Flexibilidade e seletividade foram, portanto, predicados importantes das estratégias para a industrialização sul coreana.

A política de premiação de boa performance e de penalização de resultados ruins conhecida como "picking winners and punishing losers" exigia que metas firmadas entre o governo e as empresas fossem atingidas por parte destas últimas em contra partida dos empréstimos e subsídios governamentais fornecidos. (COELHO, 1994).

Em resposta aos incentivos governamentais, os setores beneficiados deveriam alcançar metas de desempenho tais como: aumento de produtividade; ampliação da capacidade produtiva; elevação de quotas de exportação; diversificação da produção; redução de preços locais; melhoria da qualidade e modernização tecnológica. Os subsídios governamentais concedidos eram temporários, logo, cabia aos setores comprometerem-se com sua capacitação tecnológica e inserção internacional. Além disso, as metas eram firmadas contratualmente, portanto, em caso de mau desempenho ficava a critério do Estado decidir se permanecia apoiando ou não determinada empresa. Coelho (1994) expõe o conhecido exemplo dos conglomerados Kukje e Korea Shipbuilding & Enterprises que tiveram seus ativos divididos entre os demais chaebols após o não cumprimento das metas de desempenho estabelecidas.

Nesse contexto, o Estado tem sido desde a década de 1950 o motor primeiro do desenvolvimento, ora como protecionista, ora como intervencionista, mas sempre buscando fortalecer suas relações com o setor empresarial e com os capitalistas. Do outro lado, os chaebols não se limitaram à proteção governamental e aos subsídios recebidos e foram em busca de novas

fontes de renda extrapolando o mercado local sul coreano, demonstrando com resultados concretos o êxito da aliança entre o Estado e a iniciativa privada.

2.6 OS "CHAEBOLS"

O termo coreano *chaebol* é utilizado para definir o conglomerado de empresas - controladas por famílias, em geral – que se unem em torno de uma empresa mãe, ou ainda, segundo Masiero (2003) trata-se de um grupo de empresas agrupadas e coordenadas por uma *holding*.

Historicamente, devido à herança japonesa dos keiretsus, o planejamento econômico sul coreano visava exclusivamente o abastecimento do mercado doméstico. Para este fim, as empresas foram incentivadas via crédito governamental e aprovação de licenças para exportação. Esta estrutura, assim como é conhecida, teve origem no governo do general Park que apostou nos chaebols como mecanismo para promover o crescimento da economia sul coreana.

Inicialmente, de acordo com Coelho (1994), os chaebols concentraram-se na produção em larga escala de artigos simples, tais como: produtos de higiene, têxteis, calçados e eletrônica de consumo, à época utilizando-se de mão de obra farta e barata.

Como assinalado por Dall'Acqua (1991), especialmente a partir de 1970 no intuito de induzir a relutante iniciativa privada a investir na estrutura mais complexa e diversificada das indústrias pesada e química, o governo ampliou seu controle sobre o sistema bancário para conceder empréstimos preferenciais e incentivos. Estes fatores ajudaram a criar uma estrutura industrial altamente concentrada.

Apesar das críticas à concentração industrial e à seleção de poucas empresas privilegiadas pelos incentivos governamentais, faz-se necessário ressaltar que grande parte do sucesso obtido pelo modelo sul coreano deve ser atribuído à aliança entre o governo e os chaebols. Afinal, os chaebols apresentavam generosos benefícios para toda a economia, a exemplo das economias de escala, da diversificação e do rápido reconhecimento das empresas nacionais no mercado internacional. (DALL'ACQUA, 1991).

Diante do apoio governamental, uma dezena de empresas se consolidou no início de 1980: Hyundai, Posco, Samsung, Daewoo, Ssangyong, Kukje Corporation, LG (Lucky

Goldstar), Kia Motors, Sunkyong e Hanil Synthetic Fiber Company. Estas, respondiam por grande parte da produção e das vendas da economia, o que reforça o elevado grau de concentração como característica do modelo sul coreano. Através dos incentivos recebidos, os chaebols dominaram diferentes setores, tornando-se super diversificados, como pode ser visto na Tabela 3 que mostra os cinco maiores conglomerados industriais da época.

TABELA 3 - ATIVIDADES DOS CINCO MAIORES CONGLOMERADOS DA COREIA DO SUL – 1981

NOME DO CONGLOMERADO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	
Samsung	Eletrônica e Comunicações Construção e Engenharia Química Construção Naval Têxteis e Vestuários Hotéis	Serviços e Finanças Comércio Geral e Varejista Papel e Celulose Produtos Alimentícios Autopeças
Hyundai	Eletrônica e Comunicações Automóveis Construção e Engenharia Química	Construção Naval Siderurgia Serviços e Finanças Comércio Geral
Daewoo	Eletrônica e Comunicações Construção Naval Construção e Engenharia Têxteis e Vestuários	Automóveis Maquinaria Comércio Geral Serviços e Finanças
Lucky-Goldstar	Eletrônica e Comunicações Construção e Engenharia Química Petróleo e Energia	Comércio Geral e Varejista Serviços e Finanças Transmissão de TV Indústria Gráfica
Sunkyong	Química Têxteis e Vestuário Construção e Engenharia	Comércio Geral Fibras Sintéticas

Fonte: COELHO (1994).

Conforme Masiero (2000), para toda ajuda governamental, algum critério de performance era estabelecido e seu cumprimento era fielmente observado. Assim, de acordo com Coelho (1994), o governo definia, por exemplo, metas individuais de valores mínimos a serem exportados anualmente e exigia que as companhias proporcionassem suporte financeiro, técnico e gerencial para indústrias menores, no sentido de atuarem como agentes exportadores dos produtos destas empresas.

Outra característica relevante dos chaebols corresponde ao seu elevado grau de endividamento. Medido pela relação dívida-capital (debt to equity ratio), este endividamento

situou-se entre 300% e 400% nos anos anteriores à crise financeira asiática de 1997. (GUIMARÃES, 2010). A característica citada pode ser apontada como um dos problemas do sistema de chaebols. Como possuíam fácil acesso a empréstimos bancários domésticos entre outros incentivos governamentais, os conglomerados tendiam a fazer volumosos e perigosos investimentos, se arriscando muito mais do que uma empresa que não faz parte dos chaebols.

Somado a isso, temos o fato de que a maioria dos chaebols realizava operações de participação cruzada, ou seja, uma empresa possuía ações de outra que fazia parte do mesmo grupo. E ainda, que a estreita relação entre governo e chaebols apresentou pouca transparência e demasiada arbitrariedade, uma vez que a capacidade de regulação desta aliança era limitada, considerando que não existiam instituições regulatórias e de fiscalização independentes e que esta relação era, em muitos casos, regida por contratos informais e discricionários.

Ademais, a visão de que o governo socorreria os chaebols em caso de dificuldades, dado que seus interesses estavam diretamente interligados, fez dos conglomerados a versão sul coreana dos grandes demais para quebrar, o que de um lado favorecia o risco moral e de outro, poderia encorajar os chaebols a um comportamento imprudente. (GUIMARÃES, 2010).

A fim de amenizar os efeitos colaterais produzidos pelos chaebols, já a partir de 1981 o Estado começou a privatizar bancos que estavam sob o controle do governo com a justificativa de que o sistema financeiro da Coreia do Sul favorecia algumas empresas em detrimento de outras. No entanto, a privatização não alterou o cenário do sistema financeiro, apenas garantiu que os chaebols não viessem a controlar os bancos. (LEE, 2011).

Diante dessa situação, foram realizadas reformas sobre diferentes frentes: liberalização do comércio, liberalização financeira, abertura de mercado, promoção de pequenas e médias empresas, implementação de legislação antitruste e maior abertura ao investimento direto estrangeiro. (LIMA, 2015). Porém, segundo Lee (2011), apesar das mudanças na orientação política-econômica do Estado no tocante aos ônus dos conglomerados, os chaebols continuaram a crescer e tornaram-se de vital importância para o desenvolvimento de indústrias intensivas em tecnologia.

Outrossim, conforme Lima (2015) a relação de compromisso estabelecida entre o Estado e os chaebols foi fundamental para proporcionar o grande *catching up* na economia, uma vez que, estes últimos foram agentes essenciais em todas as fases de industrialização da Coreia do Sul, corroborando com a transformação do país em uma nação desenvolvida.

3- BRASIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E A POLÍTICA DE “CAMPEÕES NACIONAIS”

3.1. UM BREVE HISTÓRICO DA APLICAÇÃO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS E INDUSTRIAIS NO BRASIL

No Brasil, a primeira ação com o objetivo de proteger o setor industrial, com certa coordenação, ocorreu na década de 1930 no governo de Getúlio Vargas que implementou o processo de substituição de importações para substituir o modelo liberal agroexportador. No primeiro governo Vargas, soma-se à ainda incipiente industrialização por substituição de importações a utilização de instrumentos estatais para impulsionar o processo. A industrialização, à época, era vista como uma forma de soberania do país em um contexto de incertezas e de guerra na Europa e uma forma de unificação econômica do território nacional. (LIEBL, 2012).

De modo geral, o primeiro passo na industrialização foi o programa de substituição de importações, voltado majoritariamente para o atendimento do mercado interno, via estratégia protecionista e que fez uso do estrangulamento externo, um programa viável para países em desenvolvimento enquanto o mercado mundial estava desarticulado e o comércio estagnado como resultado da Depressão dos anos 1930.

No que tange à industrialização brasileira é importante considerar que esta foi concebida em larga medida com a participação do capital multinacional, que deu sustentação mesmo a projetos industrializantes de forte cunho nacionalista, como os preconizados por Vargas e Geisel. (LIMA, 2011). O modelo brasileiro também previa a industrialização por etapas, com início em bens de consumo não duráveis até chegar à produção de bens de capital. Para isso, o Brasil fez uso de política cambial e de elevados controles aduaneiros, modelo esse que tende a gerar a concentração industrial e de renda. (LIEBL, 2012).

A partir do segundo governo Vargas em 1952, é criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – que tornou-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atual denominação, com o Decreto-Lei 1.940/1982, passando a

atuar no financiamento de longo prazo das empresas brasileiras, com vistas à modernização da infraestrutura nacional necessária à industrialização do Brasil.

De acordo com Liebl (2012), o grande ímpeto para o modelo, no sentido de fomentar o setor industrial, materializou-se com Juscelino Kubitschek, que adotou explicitamente o modelo nacional-desenvolvimentista. Nesta estratégia, a atuação estatal e a dos industriais brasileiros foram complementadas pelo capital estrangeiro, em especial na produção de bens de capital duráveis.

Posteriormente, a terceira ação industrializante ocorreu no governo de Ernesto Geisel em 1970, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), plano que serviu à conclusão do processo de industrialização por substituição de importação, centrado no setor de bens de capital e insumos básicos. (SOUZA, 2012).

Na década de 1980, conhecida como “década perdida” devido às altas taxas de inflação e à elevada dívida externa, houve queda nos investimentos estatais acompanhada de retração dos investimentos privados e redução do papel “desenvolvimentista” do BNDES, com o banco servindo mais ao “socorro” de empresas em dificuldades financeiras, o que contribuiu para a erosão do modelo nacional-desenvolvimentista. (SOUZA, 2012).

Nos governos seguintes, de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, embora algumas medidas pontuais tenham sido adotadas, tinha-se a concepção de que uma política econômica que promovesse a estabilidade era a melhor forma de o governo fomentar o setor industrial.

Em 2003, ao assumir a Presidência da República o governo Lula encontrou um país com estabilidade política e econômica e credibilidade no cenário internacional. Contudo, o governo tinha vários desafios tais como diminuir o desemprego, o risco país, as dívidas externa e interna, aumentar o crescimento econômico e fomentar o setor industrial. As baixas taxas de crescimento econômico do setor industrial levaram vários economistas e intelectuais a apresentarem argumentos de que o Brasil estava iniciando um processo de desindustrialização, isto é, um processo de queda da participação do setor industrial na constituição do Produto Interno Bruto (PIB). (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014).

Neste contexto, como forma de fomentar o setor industrial, o governo Lula lançou, em 2004, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), a qual, por falta de objetivos bem definidos e conjuntura desfavorável, não atingiu os objetivos a que se propunha.

Em 2008, o Governo Federal lançou a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que tem como objetivos fomentar o setor industrial através de incentivos creditícios, subsídios, isenção e redução de tributos e marcos regulatórios para algumas atividades setoriais. (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014).

3.2 POLÍTICAS INDUSTRIAIS RECENTES NO BRASIL

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso ocorreu a retomada do interesse pela política industrial, deixando-se de lado o imobilismo dos governos antecessores e buscando condições para a realização de uma política industrial horizontal e vertical. No entanto, assim como na maioria dos países latino-americanos, a política industrial ficou subordinada à estabilidade econômica, dentre outros fatores macroeconômicos.

Segundo Coronel, Azevedo e Campos (2014), ao assumir a Presidência da República, Lula viu-se diante de vários desafios relacionados ao setor industrial, visto que, nos últimos anos, o setor passara por um processo de desaceleração. Isto pode ser corroborado pela baixa taxa média anual de crescimento (1,7%) do setor industrial, de 1986 a 2002. Essa taxa foi bem inferior ao crescimento observado na década de 1970, que foi de, aproximadamente, 7,5% a.a., conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010). (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014).

Em 2003, como forma de tentar aumentar a competitividade do setor industrial, o Governo Federal começou a montar, as bases da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), lançada em 2004. A PITCE focava em quatro eixos: (i) inovação e desenvolvimento tecnológico; (ii) inserção externa; (iii) modernização industrial e ambiente institucional e (iv) aumento da capacidade produtiva. As metas objetivavam: desenvolver a capacidade produtiva das empresas com o propósito de melhor inseri-las no mercado mundial; dar diretrizes às parcerias públicas e privadas; financiar a aquisição de novas máquinas e equipamentos nacionais; e por fim, melhorar a infraestrutura e os reduzir tributos, sendo os setores-chave os semicondutores, os softwares, os bens de capital e os fármacos. No entanto, a PITCE apresentou vários problemas desde sua formulação, o que acabou fazendo com que essa

política ficasse mais em propostas do que em ações concretas. (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014).

Segundo Suzigan e Furtado (2006), a PITCE não foi capaz de atingir a maioria dos objetivos a que se propôs, tendo como maior empecilho a falta de articulação e coordenação dos agentes públicos e privados; além da pouca ênfase nos instrumentos fiscais e, principalmente, a conjuntura econômica desfavorável ao lançamento de uma política industrial. Por outro lado, Cano e Silva (2010) nos apresentam o que eles consideram o grande mérito da PITCE, a recolocação da política industrial na agenda de políticas públicas, entendida como instrumento importante para o desenvolvimento econômico e social. Além do que, complementarmente à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior surgiram os pilares para a criação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

A Política de Desenvolvimento Produtivo, lançada em 2008, teve como objetivos: a ampliação da capacidade de oferta; a preservação da robustez do balanço de pagamentos; a elevação da capacidade de inovação; e o fortalecimento das micro e pequenas empresas; ou seja, se propunha a gerar o crescimento econômico do país via fortalecimento da base industrial. Contudo, é interessante salientar que o lançamento da PDP foi feito em um momento de crescimento do setor industrial, de melhora na balança comercial e de queda nas desigualdades econômicas, justamente porque o objetivo do governo era evitar cometer o erro cometido na implementação da PITCE, que fora lançada quando a economia brasileira não apresentava ainda as condições de arcar com os custos de uma política industrial. No entanto, logo após a sua implantação, a economia brasileira foi afetada pela crise econômica mundial, o que fez que o governo acelerasse a implementação das medidas da PDP. (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014).

Conforme exposto por Coronel, Azevedo e Campos (2014), entre os acertos da PDP estão são a sinalização para a iniciativa privada do novo dinamismo que o governo quer dar ao setor industrial; o estímulo ao investimento; o incentivo aos gastos privados em pesquisa e desenvolvimento, através da redução dos custos financeiros decorrentes da incerteza associada ao processo inovador, o qual permite às empresas criar novos produtos e processos; e os incentivos às empresas com isenções e desonerações fiscais. Os setores beneficiados por esta política podem ser vistos na Tabela 4.

TABELA 4 – PRINCIPAIS OBJETIVOS SETORIAIS PROPOSTOS PELA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO (PDP)

Setores	Objetivos
Complexo Automotivo	Consolidar e ampliar a participação do país na produção mundial
Bens de capital	Ampliar a competitividade e a inserção externa da indústria brasileira
Têxtil e Confecções	Ampliar a competitividade e as exportações
Madeiras e Móveis	Conquistar o mercado de móveis de alto padrão nos Estados Unidos e na Europa e ampliar a participação de móveis em geral em novos mercados, desenvolver os arranjos produtivos locais, aumentar a competitividade e valorização do design brasileiro.
Construção Civil	Ampliar e modernizar o setor de construção civil com o objetivo de reduzir o déficit habitacional
Indústria Naval e de Cabotagem	Fortalecer a indústria naval a partir de encomendas do segmento <i>off-shore</i> e de demandas de armação nacional, especialmente para a cabotagem
Couro, Calçados e Artefatos	Incorporar tecnologias estratégicas como nanotecnologia e biotecnologia na cadeia produtiva
Plásticos	Consolidar o Brasil como exportador de tecnologia e valor agregado, aumentando a competitividade das indústrias de transformados plásticos
Complexo Aeronáutico	Ampliar a participação de aeronaves civis e de aeropeças nacionais no mercado internacional e mundial
Petróleo, Gás Natural e Petroquímica	Garantir a autossuficiência de petróleo, revitalizar e ampliar a participação da indústria nacional, em bases competitivas e sustentáveis
Celulose e Papel, Mineração e Siderurgia	A política objetiva consolidar a liderança competitiva por meio de ampliação do porte empresarial, aumento da capacidade tecnológica e fortalecimento das redes de logística e de fornecimento de insumos

Fonte: AZEVEDO; CAMPOS; CORONEL (2014).

As expectativas iniciais eram de que os principais resultados dessas medidas fossem obtidos até o final do segundo governo Lula, porém, os prazos para atuação de uma política industrial devem ter continuidade, pois são necessários também projetos de mais longo prazo para áreas que necessitem de um maior tempo de articulação e maturação. Ademais, a PDP

enfrentou críticas quanto à definição dos setores que seriam beneficiados, visto que a decisão dependia de maior credibilidade e embasamento para justificar as escolhas. (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014). Todavia, a seleção arbitrária de setores a serem incentivados não se restringiu à PDP, sendo novamente empregada no que chamamos de política de campeões nacionais.

Em 2008, o BNDES passou a apostar em algumas empresas e setores para consolidar a posição destas empresas em cadeias globais de produção. Segundo o BNDES, esta estratégia de promover campeões nacionais faz parte da política industrial do Brasil, mas não se encontra qualquer alusão à ideia de criação de campeões nacionais nos documentos oficiais que explicam a política do governo. (ALMEIDA; OLIVEIRA; SCHNEIDER; 2013). Ainda assim, sabe-se que as companhias selecionadas para se tornarem gigantes em seus setores e competirem globalmente receberam mais de 40 bilhões de reais entre crédito subsidiado e compra de participações acionárias. Apesar de o governo não assumir explicitamente a adoção de tal política, de acordo com Almeida, Oliveira e Schneider (2013), referências podem ser encontradas no projeto de pesquisa de Luciano Coutinho e João Carlos Ferraz dos anos 1990.

Uma das principais críticas a tal política é que em vez de adotar uma política horizontal, financiando todos os players de um determinado segmento, o BNDES elegeu algumas poucas empresas “campeãs”, fazendo com que tais financiamentos bilionários respondessem por cerca de 2/3 do volume de crédito da instituição, sem que existisse, de fato, uma contra partida por parte das empresas. (ATTUCH, 2008).

Embora a política de promoção de conglomerados faça lembrar as estratégias adotadas na Coreia do Sul a partir de 1960, o que o BNDES fez é bastante diferente, uma vez que, o apoio governamental aos chaebols foi, ao longo do tempo, projetado para promover a diversificação, as exportações e os investimentos em atividades de mais valor agregado, ao passo que, no Brasil, o apoio do BNDES a grandes grupos brasileiros não tem sido associado à exigência de diversificação e investimento em produtos intensivos em tecnologia, mas sim baseado na ideia de consolidar uma posição dominante nos mercados locais e globais nos setores em que as empresas têm vantagem comparativa. (ALMEIDA; OLIVEIRA;SCHNEIDER; 2013).

E por fim, a atual política industrial do Brasil: o Plano Brasil Maior (PBM), política industrial, tecnológica e de comércio exterior adotada no governo Dilma Rousseff cujos objetivos são: sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso e

sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, o que resultaria numa mudança estrutural da inserção do país na economia mundial (MDIC, 2015). Todavia, faz-se importante considerar que diferente do *boom* exportador de 2004 e da PDP anunciada antes da crise de 2008, a política industrial lançada pelo governo Dilma veio em um momento de mais e maiores incertezas tanto nacionais quanto internacionais, o que potencializa problemas já existentes no país, dificultando o êxito de diversas medidas planejadas pelo governo federal. (DE TONI, 2014).

Nesse sentido, Coronel, Azevedo e Campos (2014) expõem embasados em Luiz Carlos Bresser-Pereira e nos pressupostos do novo desenvolvimentismo que uma política macroeconômica que privilegie o equilíbrio fiscal, taxas de juros relativamente baixas e, especialmente, uma taxa de câmbio competitiva seria, inclusive, mais importante do que a própria política industrial para garantir competitividade às empresas que atuam no país.

3.3 A POLÍTICA DE “CAMPEÕES NACIONAIS” NO BRASIL E O PAPEL DO BNDES

Sob os governos Lula, sobretudo no segundo mandato, a atuação do BNDES esteve norteada pelo objetivo de acelerar o processo de conglomeração da economia por meio da política de incentivo aos campeões nacionais. (SOUZA, 2012). Em informe do banco à época, “o desenvolvimento de companhias competitivas e de classe mundial é um dos objetivos da política de desenvolvimento produtivo em setores em que o Brasil tem excelentes condições de competitividade”. (PEIXOTO, 2016).

Entre as empresas que receberam fartos empréstimos do BNDES de 2008 a 2014 estão Marfrig, EBX, JBS-Friboi, Odebrecht, Camargo Corrêa, Votorantim Cimentos, Votorantim Celulose, Aracruz, BRF, Braskem, Vale, Rede D'Or São Luiz, Cutrale, Braspelco, EMS, Lojas Riachuelo, Lojas Americanas, Totvs, Lácteos Brasil (LBR), Oi, Fibria, GVT, Klabin, Grupo Boticário, AmBev e Natura.

O BNDES conduziu uma explícita política de concentração empresarial que beneficiou enormemente alguns grupos em detrimento de outros. Os frigoríficos JBS e Marfrig abocanharam, respectivamente 8,1 bilhões e 3,6 bilhões, o equivalente a 65% dos recursos destinados às “campeãs nacionais”, sem que houvesse ganhos palpáveis para os contribuintes ou

consumidores. A Látceos Brasil, entrou com pedido de recuperação judicial em 2015, levando o BNDES a reconhecer um prejuízo próximo aos 700 milhões que investiu através do BNDESPar. (LANDIM, 2013). Perdigão e Sadia foram objetos de operação de salvamento após a crise do subprime. Votorantim Celulose e Aracruz também foram socorridas pela instituição. Além do que, houve empréstimos ou operações de compra de ações em empresas que estavam com dificuldades financeiras. (XAVIER, 2015).

De acordo com Souza (2012), muitos economistas discordam da política de criação de campeões nacionais, porque consideram que o papel de um banco público de desenvolvimento não deve ser semelhante ao de um banco privado de investimento, financiando projetos de retorno individual elevado, em setores nos quais as empresas são competitivas e, portanto, poderiam levantar recursos no mercado privado sem a ajuda do BNDES, como seria o caso das grandes empresas ligadas à produção de commodities agrícolas e minerais. Nessa linha de pensamento, Souza (2012) cita o economista Mansueto Almeida que defende que a criação de empresas grandes e o aumento das exportações não justificam o financiamento de boa parte das operações de fusões e/ou aquisições, uma vez que, os ganhos sociais não são evidentes. Sendo assim, para Almeida (2012 citado por SOUZA, 2012), o foco deveria ser:

(...) o financiamento a projetos de elevado retorno social ou até mesmo investimentos em setores de maior risco por se tratar de investimento em tecnologias novas. Claramente, financiar uma grande empresa para que ela faça mais do mesmo não deve ser uma atuação prioritária do banco. (...) Empresas que invistam no desenvolvimento de novas tecnologias como, por exemplo, o desenvolvimento de tecnologias limpas; empresas envolvidas em projetos de infraestrutura como na construção de um metrô, obras de saneamento, etc. É preciso entender que, em muitos casos, uma atuação do banco mais voltada para o financiamento de infraestrutura e investimentos de risco pode até diminuir a rentabilidade do banco. Mas o queremos de um banco de desenvolvimento? Uma atuação mais pró-ativa no desenvolvimento de novas tecnologias e no financiamento de obras de infraestrutura importantes para o desenvolvimento ou o financiamento de projetos de maior retorno individual como faz um banco privado? (ALMEIDA, 2012 citado por SOUZA, 2012, p. 3).

Outra crítica à política de campeões nacionais é que ela foi usada como estratégia para justificar o que muitos consideram o antigo papel do BNDES de “hospital” de empresas, como é o caso da Fibria que surgiu da fusão entre Aracruz e Votorantim Celulose para evitar que a primeira quebrasse após perdas com derivativos “tóxicos”. Ademais, o problema não está no fato de o governo incentivar grandes empresas, afinal isto acontece no mundo todo. A grande diferença é que as políticas bem sucedidas foram acompanhadas de metas claras de desempenho,

como vimos na primeira parte do trabalho a respeito da Coreia do Sul. No que tange ao caso brasileiro, não existiram contra partidas específicas sobre, por exemplo, exportação e produtividade. Nenhuma empresa perdeu benefícios por não atingir metas, até porque não foram impostos resultados mínimos a serem obtidos, apenas foram concedidos empréstimos subsidiados por parte do BNDES.

A atuação do banco nesta direção, portanto, tem sido motivo de muita controvérsia nos últimos anos, uma vez que existem questionadores e defensores de tal política. Em geral, os que criticam a atuação do banco não são absolutamente contrários à política de incentivo aos campeões nacionais. Segundo Souza (2012), o economista Carlos Lessa, por exemplo, embora crítico de algumas escolhas (como a de frigoríficos), defende incentivos à Embraer e as operações de fusões que resultaram na Brasil Foods, pois interessaria ao país ter grandes empresas em mãos nacionais. Outrossim, Sérgio Lazzarini - citado por Souza (2012) - considera que a política de criar os campeões nacionais estaria equivocada nas escolhas, já que as grandes empresas teriam condições de se financiarem sozinhas, captando recursos privados sem o apoio do governo. Para Lazzarini, o BNDES não deve ser considerado um “hospital” de empresa que distribui recursos indiscriminadamente, ao contrário, apoiou as melhores empresas do país, que apresentam bons resultados. Porém sob a ótica do desenvolvimento não seria o mais produtivo, porque assim, o banco estaria deixando de alocar recursos em áreas mais prioritárias (como saneamento básico, educação e infraestrutura) ou deixando de emprestar para o pequeno empresário do ramo de tecnologia. (SOUZA, 2012). Entretanto, conforme assinala David Kupfer um dos defensores da política, “é preciso separar o joio do trigo. As políticas públicas não podem apoiar consolidação que defenda poder de mercado, mas tem de apoiar consolidações que visem um posicionamento estratégico”. (LANDIM, 2013).

O argumento básico em favor de um papel ativo para o BNDES, de acordo com Almeida, Oliveira e Schneider (2013), é o de que no Brasil os bancos privados são bastante relutantes em fornecer crédito de longo prazo para novos investimentos, dado que o grande mercado de títulos do Tesouro Nacional com vencimento de curto prazo é muito mais atraente do que o risco de investimentos produtivos de longo prazo. Por isso, diante desse contexto, a existência de um banco de desenvolvimento estatal, com recursos para investimento de longo prazo por meio de apoio fiscal, é fundamental para suprir, a baixo custo, crédito de longo prazo para o setor privado.

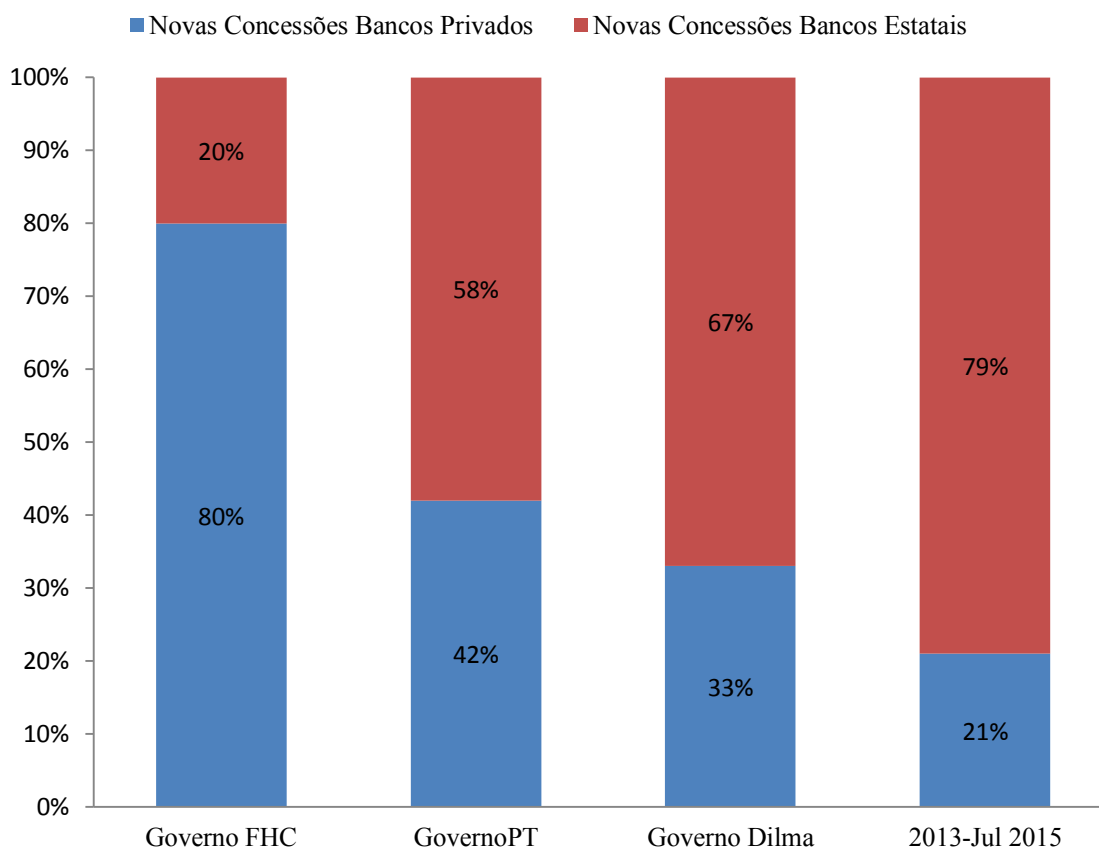
Todavia, uma questão crucial, do ponto de vista dos críticos, é que as verbas do BNDES saem do bolso do contribuinte, já que uma das principais fontes de captação do banco é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, com recursos do FGTS, que são recolhidos de forma compulsória. Com esse dinheiro, que rende apenas 3% ao trabalhador, o BNDES faz empréstimos de longo prazo pela TJLP, que está fixada em 6% ao ano. A outra fonte de recursos tem sido o Tesouro Nacional que capta recursos a uma taxa maior do que a TJLP – a taxa Selic, usada nos títulos emitidos pelo governo (ATTUCH, 2008), que está em torno de 14,15% ao ano (valor referente a dezembro de 2015). (ADVFN, 2016).

A fim de apoiar o BNDES em seus empréstimos nacionais e internacionais, o Tesouro Nacional emitia títulos da dívida pública remunerados pela taxa Selic de juros e aportava a quantia no BNDES, que por sua vez, ao receber tais recursos, comprometia-se a quitar a dívida com o governo federal não em conformidade com as taxas de mercado, mas sim, a valores inferiores. O que significa que o Tesouro arcou com o prejuízo neste tipo específico de transação, fato que implicou em aumento dos gastos públicos, e que forçou o governo federal a tentar esconder os subsídios concedidos às empresas mediante novos suprimentos de recursos públicos ao BNDES (XAVIER, 2015).

Não bastasse o diferencial entre os juros pagos pelo Tesouro e os praticados pelo BNDES, analistas diversos apontam para prejuízos à “livre competição” e ao desenvolvimento do mercado de capitais, à falta de transparência e de planejamento adequado na atuação do banco que privilegia poucas empresas sem nem mesmo justificar o critério de seleção destas. O elevado custo imposto pelo uso do BNDES à gestão da dívida do Tesouro não está apenas no diferencial das taxas de juros, mas também no diferencial entre o prazo de captação do Tesouro e o prazo de repagamento dos repasses feitos ao BNDES. (ULRICH, 2015).

De acordo com Ulrich (2015), de todas as políticas adotadas pelo governo, a mais perversa é justamente a do crédito abundante e subsidiado. Uma política deliberada de juros artificialmente baixos - aliada ao controle estatal sobre o crédito bancário - é capaz de desorganizar toda a estrutura produtiva da economia, com consequências profundas no longo prazo, em diversos setores. Este autor faz uma comparação gráfica das novas concessões de bancos privados e bancos estatais desde o governo FHC até meados de 2015, como pode ser visto no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – NOVAS CONCESSÕES DE BANCOS PRIVADOS E ESTATAIS



FONTE: Adaptado de ULRICH (2015).

Somando aos percentuais do gráfico, os dados do último Relatório de Economia Bancária e Crédito do Banco Central do Brasil alusivo a 2014 de que as operações de crédito contratadas com as instituições financeiras públicas cresceram 16,7%, ao passo que o crédito das instituições privadas nacionais e estrangeiras cresceu somente 6,1%; e o fato de que no crédito direcionado, equivalente a 29,4% do PIB, o saldo de financiamentos expandiu-se 24,5% impulsionado pelo crescimento sustentado do crédito habitacional e pelos financiamentos a empresas com recursos do BNDES (BCB, 2014), é corroborada a crítica sobre a desproporcional concessão de crédito por parte dos bancos públicos, especialmente a empresas de grande porte.

No geral, a política do BNDES de promover a expansão internacional de campeões nacionais parece ter vindo em grande parte da cúpula de gestão do banco, com pouca participação do resto do governo ou das partes interessadas da sociedade civil. (ALMEIDA; OLIVEIRA, SCHNEIDER, 2013). Segundo o economista da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, Armando Castelar, em matéria publicada por Issa (2015) na Exame.com, o custo do

acordo de Luciano Coutinho (à época presidente do BNDES) com o Tesouro Nacional está aumentando e pela estimativa de Castelar alcançará R\$ 40 bilhões ao ano em juros para os contribuintes. Isso sem contar os efeitos colaterais, como o prejuízo provocado pelos empréstimos subsidiados ao controle da inflação.

Além da transferência de recursos do Tesouro ao BNDES por operações não previstas no orçamento, boa parte das grandes empresas que receberam incentivos do banco estão entre os maiores doadores de campanhas eleitorais, como é o caso do frigorífico JBS que segundo Prazeres (2015) doou a políticos o equivalente a 18,5% do dinheiro que tomou emprestado do BNDES entre 2005 e 2014. Somente para a eleição de 2014 a empresa doou 39,56% de todo o seu lucro líquido registrado em 2013, que foi de R\$ 926,9 milhões. Ou seja, é como se a cada R\$ 100 de lucro, a JBS doasse R\$ 39,56 para os caixas de campanhas de partidos e candidatos.

O agravamento fiscal e conseqüentemente a crise que o Brasil tem enfrentado estão direta e fortemente ligados ao aumento da intervenção estatal e ao imbróglia dos bancos públicos (ULRICH, 2015), demonstrando que a avalanche de recursos do governo não repercutiu na economia como esperado, à altura dos desembolsos realizados pelo BNDES através do Programa de Sustentação de Investimentos (PSI) ou como ironicamente é conhecido, “Bolsa Empresário”, e ainda, colocando em evidência o esgotamento de tal padrão de intervenção estatal na economia.

Embasado no modelo da Coreia do Sul, que formou grandes conglomerados como Samsung, Hyundai e LG, o êxito deste tipo de política industrial requer que os financiamentos sejam acompanhados de avaliação cuidadosa de resultados, preferencialmente, com grupos de controle, e comparados com outras alternativas de política pública. Além do que, metas de desempenho, controle transparente dos custos e dos resultados obtidos são peças importantes para garantir que a política de financiamento resulte nos benefícios esperados e que, em caso de fracasso, possam ser tempestivamente revistas. No caso do Brasil, porém, foi outra a prática e, obviamente, diferente o resultado. (XAVIER, 2015).

Isto porque, a política nacional-desenvolvimentista adotada recentemente pelo governo federal teve efeitos colaterais indesejados para a economia, em face de uma política de campeões nacionais mal coordenada. Em casos específicos, como o caso sul coreano, políticas industriais seletivas são bem sucedidas desde que os setores se tornem eficientes, que a proteção possa ser retirada posteriormente para benefício do restante da sociedade e para evitar a expectativa de suporte perene, e que sejam financeiramente compensados os seus custos de implantação.

Ademais, os procedimentos para a concessão de incentivos, a avaliação de resultados e a correção de rumos são fundamentais para o sucesso ou o fracasso das políticas de financiamento do desenvolvimento econômico. Do contrário, a condução desse tipo de política pode preservar empresas ineficientes e prejudicar a produtividade e o crescimento dos demais setores industriais ou termos macroeconômicos, fortalecer o desequilíbrio fiscal do país, como temos visto no caso brasileiro. (XAVIER, 2015).

4- COMPARAÇÃO ENTRE AS ESTRATÉGIAS DE POLÍTICAS ECONÔMICA E INDUSTRIAL DE COREIA DO SUL E BRASIL

A análise histórica das economias sul coreana e brasileira demonstra a tomada de posições e conseqüentemente os caminhos bastante distintos na busca por desenvolvimento e crescimento político, econômico e social.

Embora ambos sejam países periféricos e de industrialização tardia, que alcançaram um crescimento econômico prolongado, que tiveram o Estado como o propulsor da indústria e catalisador do desenvolvimento, regidos por planos governamentais e estratégias empresariais de investimentos, diferentemente do Brasil, a Coreia do Sul deu um salto qualitativo em grande parte dos seus indicadores e desde 1996 integra a OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico -, composta por países de elevado PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano, instituição da qual o Brasil almeja ainda fazer parte.

Apesar das influentes diferenças históricas, geográficas e culturais, podemos apontar fatores políticos e econômicos tais como padrão de financiamento e planejamento como os grandes divisores de águas no desenvolvimento destas economias.

4.1 OS DIFERENTES PADRÕES DE FINANCIAMENTO

De acordo com Nery (2007), um padrão de financiamento decorre das relações de poder entre o Estado e o setor privado nacional, o Estado e o resto do mundo, o empresariado nacional e o internacional, e entre os diferentes segmentos da iniciativa privada doméstica entre si. Sendo

assim, o comportamento da industrialização e do investimento depende dessa dinâmica de relações externas e internas que formam um padrão de financiamento, uma vez que, este padrão mostra-se fator crucial para todo e qualquer país, especialmente em economias de desenvolvimento tardio nas quais a acumulação de capital é insuficiente frente às necessidades impostas por um padrão tecnológico internacional, que se não atendido, destinaria a indústria infante dos países emergentes ao fracasso. Além do que, o padrão de financiamento adotado tem implicações nas estratégias de planejamento, nas políticas de subsídios e de tecnologia e nas relações do Estado com o capital estrangeiro.

O desenvolvimento econômico e industrial sul coreano foi bastante favorecido pelo cenário externo no qual a Coreia do Sul estava inserida, o que possibilitou a criação de uma forte relação política com países em estágios avançados de desenvolvimento – principalmente Japão e Estados Unidos. Esta relação perpassou por todas as fases de desenvolvimento da economia sul coreana a partir de 1960 e foi de suma importância dado que tanto Japão quanto Estados Unidos forneceram recursos financeiros para que o país pudesse manter elevadas taxas de investimento.

O papel do Estado como agente indutor, por sua vez, foi essencial para que as relações políticas e as estratégias de governo no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento fossem bem sucedidas. Nesse sentido, o Estado adotou os Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico e os dirigiu rigidamente na condução de um novo modelo de crescimento para o país.

As iniciativas iniciais na constituição de um padrão de financiamento se deram através dos volumosos aportes realizados pelos Estados Unidos após a II Guerra Mundial. A partir de 1961, o sistema bancário foi estatizado, permanecendo assim até 1981, quando uma reforma financeira o reprivatizou. Desse modo, o Estado manteve sua arbitrariedade sobre as taxas de depósito, empréstimo e expansão da economia, decidindo sobre praticamente todos os créditos internos e externos lançados no sistema e controlando mais de $2/3$ dos recursos investidos no país, selecionando para quais setores iriam os recursos e, dentro dos setores, em quais conglomerados seriam aplicados e a que taxas (NERY, 2007).

Entre 1972 e 1976 é implementado o Terceiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico que tinha como principal objetivo promover o avanço das indústrias pesada e química. Desse modo, as autoridades reconheciam a necessidade de aumentar suas exportações, mas mais ainda, a necessidade de a Coreia do Sul dar um *upgrading* na sua pauta exportadora a favor de bens de capital de alto valor agregado. (LIMA, 2015). No intuito de nortear as

estratégias de crescimento o governo alocou uma grande quantidade de recursos e aumentou o apoio e os incentivos às exportações, tanto que a década de 1970 foi marcada pelos investimentos em grande escala do setor privado, financiados pelo governo. Também nesse sentido, segundo Nery (2007), o Korea Development Bank concentrou sozinho a média de 1/3 de todos os empréstimos da economia. Junto dos bancos comerciais e de alguns bancos de investimento, o KDB se diferenciava pela capacidade de avaliar e monitorar os projetos que financiava, mantendo critérios comerciais mesmo quando se tratava de projetos prioritários do governo, o que permitia um alto nível de repagamentos e um baixo nível de perdas. Além disso, o Estado manteve estrito controle do mercado de capitais, especialmente em relação à fuga de capitais.

Particularmente na década de 1970, a fim de induzir o setor privado a investir nas áreas definidas como estratégicas, o governo, por meio do controle do sistema bancário, concedeu empréstimos subsidiados e incentivos a grandes empresas, ajudando assim a criar os chaebols e uma estrutura industrial altamente concentrada. No que tange a alocação de crédito para os chaebols dois aspectos relevantes e que influenciaram diretamente o mercado financeiro devem ser pontuados. Primeiro, o grau de dependência dos conglomerados aos empréstimos, observado através do grau de endividamento das empresas que, de acordo com Masiero (2000) cresceu de 1.36 em 1961 para 3.94 em 1971. O segundo aspecto era o controle de preços e da quantidade de recursos financeiros por parte do governo.

O governo também regulava os empréstimos externos, porque ao fazê-lo conseguia controlar a destinação dos recursos e dos projetos de investimento. Além disso, o Estado obrigava, que na maioria dos projetos, uma parte do financiamento fosse realizada com recursos domésticos, por ele cedidos, de modo a aumentar seu poder de controle e participação. (NERY, 2007). Ademais, outra característica importante do padrão de financiamento sul coreano e, por conseguinte de sua industrialização foi a quase insignificante presença de investimentos diretos estrangeiros. Somente após o país tornar-se membro da OCDE, em 1996, é que ocorreu a redução das barreiras comerciais sul coreanas, processo este que se intensificou a partir da crise financeira de 1997 com medidas governamentais de abertura que facilitaram o IDE no país.

No Brasil, no que diz respeito ao padrão de financiamento vigente nos anos 60 e 70, destaca-se a persistência de lacunas de crédito doméstico de longo prazo para o investimento industrial, restrito ao sistema BNDE. Não se desenvolveu o mercado de financiamento de longo

prazo por bancos de investimento privados, objetivo da reforma financeira de 1964. A grande disponibilidade de recursos no mercado financeiro internacional, à taxa de juros inicialmente negativas em termos reais, parecia suprir sem problemas a carência interna de fundos de longo prazo. (COSTA; DEOS, 2002).

Segundo Bresser-Pereira (1987), durante os anos 1970 o processo de financiamento do investimento seguiu o padrão clássico dos primeiros estágios de desenvolvimento, dado que o investimento total era função do endividamento externo e do investimento estatal. Contudo, esse padrão de investimento entrou em crise quando o fluxo de financiamento externo líquido se estancou em 1982. O processo de endividamento externo deixou de ser uma fonte de fundos para novos investimentos já em 1979 com a elevação da taxa de juros norte americana e com as máximas desvalorizações ocorridas no país, que aumentaram a dívida externa total tornando-a quase igual ao pagamento dos juros. A deterioração das finanças do Estado, portanto, contribuiu muito para o declínio da taxa de investimento durante os anos 80.

A economia brasileira nos anos 1990 caracterizou-se por um processo de liberalização financeira, com governos neoliberais buscando uma diminuição do papel do Estado na regulação do financiamento do país. Nesse momento, ocorre de acordo com Costa e Deos (2002) uma inflexão no modelo de financiamento do desenvolvimento, até então sustentado em duas grandes fontes internas: o financiamento público, com repasses de recursos fiscais e parafiscais, e o autofinanciamento, tanto de empresas privadas quanto de estatais.

O Brasil liderou a atração de capital estrangeiro na América Latina durante o período, tendo o crescimento do IDE como uma de suas principais características nos anos 90. A Coreia do Sul que havia reorientado sua política econômica no sentido da liberalização financeira e comercial também passou a receber um volume maior de investimento estrangeiro direto que se manteve em ritmo crescente nos anos 2000, a ponto de seu IDE aumentar de US\$ 5,2 bilhões em 2000 para US\$ 22,9 bilhões em 2008 segundo dados de Lima (2015).

A grande diferença entre o desenvolvimento brasileiro e o sul coreano é que no primeiro, o crescimento não foi sustentado. Entre 1960 e 1970, o Brasil registrou taxas de crescimento semelhantes às verificadas atualmente na Ásia. Em 1980, a produção industrial no Brasil era maior do que a da Tailândia, Malásia, Coreia do Sul, Índia e China juntas. Mais de trinta anos depois, representava apenas 10% do total produzido por esses países. (JUSTO, 2012). Segundo o professor da Universidade de Cambridge, Gabriel Palma, existem três razões para o ciclo de

crescimento econômico brasileiro oscilar entre períodos de rápido crescimento e queda vertiginosa. A primeira razão refere-se à taxa de investimento privado, que é de 30% do PIB na Ásia, ao passo que corresponde a 15% do PIB na América Latina. A segunda questão é que a política econômica na Coreia do Sul é explicitamente keynesiana com taxas de câmbio competitivas e taxas de juros baixas e estáveis, diferentemente do Brasil que mantém uma política de juros elevados e, conseqüentemente, a valorização da taxa nominal de câmbio. A terceira razão diz respeito à reforma econômica, isto é, à liberalização financeira e comercial. Na Coreia do Sul a reforma foi pragmática, lenta e seletiva, dando tempo suficiente para que os agentes econômicos se adaptassem às mudanças, no Brasil, porém, as reformas foram implementadas muito rapidamente, o que resultou em enorme confusão. (JUSTO, 2012).

Além das razões apontadas, podemos citar a preferência brasileira pelo setor financeiro em detrimento do setor industrial, haja vista que estamos entre as economias com maior rentabilidade financeira no mundo, enquanto que na Coreia do Sul o grupo econômico predominante é o industrial. Outra questão crucial é que a industrialização exige elevada tecnologia e inovação que, por sua vez, requerem uso intensivo de capital e recursos humanos qualificados, fatores que no Brasil não recebem investimentos por parte do empresariado nacional, mas apenas por parte das universidades públicas. Ademais, o Brasil se mantém como uma das economias mais fechadas ao comércio internacional, sendo apontada em 2015 como a mais fechada das economias do G-20. Enfim, são vários os entraves ao desenvolvimento brasileiro e não há um consenso sobre quais fatores seriam os responsáveis pelo bloqueio do progresso nacional.

Diante do exposto, fica evidente que Brasil e Coreia do Sul tiveram um forte crescimento entre 1960 e 1980, no entanto, após 1980 as trajetórias dos dois países foram bastante diferentes, demonstrando a importância de um financiamento sustentável para a estratégia de expansão econômica liderada pelo investimento.

4.2 PLANEJAMENTO SUL COREANO X PLANEJAMENTO BRASILEIRO

Com exceção do governo de Syngman Rhee, tanto os governos militares quanto os civis se utilizaram do planejamento para promover o desenvolvimento econômico na Coreia do Sul.

Por meio dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico, elaborados pelo Conselho de Planejamento Econômico (*Economic Planning Board*) foram traçadas metas quantitativas quanto à industrialização, especificados os setores prioritários, entre outras estratégias que foram rigidamente cumpridas no sentido de alcançar a orientação planejada.

O Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, criado em 1962, constituiu a base para a construção de uma estrutura industrial no país. O foco do plano era o estabelecimento da indústria leve, com ênfase nas exportações sem, no entanto, abandonar a política de substituição de importações. A fim de assegurar que os recursos e as oportunidades governamentais iriam contribuir para o crescimento do país, o Estado passou a exercer forte controle sobre as atividades do setor privado. Com essa finalidade, os bancos foram nacionalizados, colocando a alocação de crédito sob o controle do governo, e tornando os chaebols e qualquer empresa privada dependente do Estado.

Em 1972, o objetivo inicial do Terceiro PQDE era promover a transição gradual dos incentivos à indústria leve para a indústria pesada. Contudo, segundo Lee (2011), diante da nova conjuntura nacional e internacional o Plano foi reformulado para desenvolver a indústria química e pesada de alta tecnologia, utilizando como fonte primária para os investimentos o *Korea Development Bank*, responsável pelos investimentos de longo prazo.

Ainda de acordo com Lee (2011), no início, as empresas não estavam dispostas a investir nas indústrias química e pesada, porque o projeto consistia em elevados investimentos, sem garantia de retorno em uma conjuntura desfavorável. No entanto, o governo fez uso de seu poder coercitivo, forçando os empresários a diversificar seus negócios nessa direção, além de oferecer maciços incentivos e subsídios. Portanto, segundo Nery (2007), o Estado fortemente regulador não só estabelecia metas como também financiava, controlava, punia e premiava. Ademais, as políticas fiscal, financeira, salarial e cambial adotadas eram coerentes com a política industrial, e esta, por sua vez, era sensível à superação de fases e bastante flexível na determinação de novas metas, que eram rigidamente perseguidas e controladas.

No final dos anos 70, tal como ocorreu com outros países em desenvolvimento a economia sul coreana enfrentou uma grave crise econômica, provocada por choques internos e externos, que agravaram alguns dos desequilíbrios estruturais existentes. Nesse ponto as dificuldades enfrentadas pela Coreia do Sul apresentavam uma forte similaridade com a situação econômica brasileira no final de 1970.

As primeiras tentativas de planejamento e organização da economia no Brasil datam do final de 1930, porém não consistiram em práticas efetivas de coordenação global, restringindo-se a medidas setoriais ou de racionalização do processo orçamentário. Assim, a primeira experiência que de fato considerava o processo global e contínuo de planejamento foi o Plano de Metas de 1956. Segundo Kon (1994), a articulação entre o capital privado e o nacional, e entre o capital estrangeiro e o Estado, visualizada no plano, desempenhou papel importante no processo de industrialização que se acentuou no período.

Logo no início dos anos 60 o processo de substituição de importações adotado na década de 1930 em substituição ao modelo primário exportador começou a apresentar sinais de esgotamento e a economia entrou numa fase de relativa estagnação. Como o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) de 1964, apesar de reduzir a inflação, não conseguiu evitar a recessão, em 1968, foi elaborado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) que tinha como objetivo principal o crescimento econômico. O PED também procurou corrigir os dois maiores problemas da economia à época: o ainda presente esgotamento das oportunidades de substituir importações e a crescente participação do setor público na economia. Além disso, o PED rompeu com a política macroeconômica do período anterior, possibilitando assim, em 1967 a retomada do crescimento econômico até 1973, período que ficou conhecido como Milagre Econômico. (MATOS, 2002).

Em 1971, é submetido ao Congresso Nacional o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (I PND) para o período de 1972 a 1974, cujos objetivos eram a manutenção do nível global do PIB, a continuação do combate à inflação, o equilíbrio da balança de pagamentos e a melhor repartição da renda. (KON, 1994). Contudo, a manutenção do ciclo expansionista dependeria cada vez mais de uma situação externa favorável. No entanto, a partir de 1973, o primeiro choque do petróleo tornou a continuidade do ciclo insustentável. (MATOS, 2002).

Diante desse cenário, conforme exposto por Matos (2002), em 1974 o governo lançou o II PND elaborado para o período 1975-1979, mas não obteve êxito, uma vez que, o plano coincidiu com a fase de retração da economia. De modo geral, o fim dos anos 70 e início dos anos 80, caracterizado por forte recessão mundial, acentuou as dificuldades de financiamento do país, que por seu turno, comprometeram sua capacidade de colocar em prática os planos de desenvolvimento econômico seguintes.

Frente à crise, o Brasil optou pelo ajuste com crescimento baseado em uma política expansionista complementada por uma política cambial fortemente agressiva, o que provocou a alimentação da escalada inflacionária e a conseqüente instabilidade doméstica. A Coreia do Sul, por sua vez, percorreu o caminho inverso, respondendo à deterioração econômica com um programa de ajuste fortemente recessivo, isto é, optou por uma política contracionista complementada por uma política cambial gradualmente ativa, logrando grande estabilidade interna. Portanto, como esperado, essas estratégias tiveram impactos bastante diferentes, que condicionaram o comportamento das duas economias durante os anos que se seguiram. (DALL'ACQUA, 1991).

A crise brasileira dos anos 80 encerrou o ciclo desenvolvimentista, que prevaleceu por mais de 40 anos. Após sucessivos planos de estabilização infrutíferos, iniciou-se no país no final de 1980 um processo de liberalização comercial e financeira, que seria substancialmente aumentado nos governos posteriores. Com base nas críticas à atuação do Estado de que a excessiva intervenção estatal era a principal causa dos desequilíbrios das finanças públicas e da baixa eficiência econômica, ficava evidente a necessidade de transformações importantes no modelo de desenvolvimento que conduzia a economia brasileira.

Diante desse cenário de abertura e integração externa, o Estado viu sua arbitrariedade quanto às ações fiscal, monetária e cambial se reduzirem drasticamente em direção a uma tendência de uniformização da legislação econômica entre os países, e assim, alterando o papel do Estado de fomentador do desenvolvimento para um Estado regulador e fiscal.

A Coreia do Sul também cedeu em sua tradicional política desenvolvimentista e realizou reformas no que tange à liberalização financeira e comercial e na abertura de mercado já a partir dos anos 1980 preparando o país para a globalização desencadeada nos anos 1990. Contudo, ao contrário do Brasil, segundo Nery (2007) na Coreia o processo de abertura foi muito mais gradual, progressivo e seguro. Além disso, desde o início dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico, o crescimento e o desenvolvimento da economia sul coreana tiveram a coordenação entre as diferentes políticas (econômica, cambial, fiscal, industrial e social) como ponto-chave, ficando atrás somente da intervenção estatal, o que não se observou como prioridade no decorrer do processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Considerando que assim como o Brasil a Coreia do Sul também sofreu intensamente com escolhas macroeconômicas equivocadas e crises internas e internacionais, e por isso do estudo

comparativo entre o modelo de desenvolvimento econômico dessa duas economias tardias, o que surpreende é que as estratégias de recuperação adotadas além de mais bem sucedidas resultaram em menores traumas para todo o restante da sociedade do que no caso brasileiro, conforme apontado no decorrer do texto.

As razões dos diferenciais de performance entre os dois países são várias, todavia, independentemente dos motivos que levaram a Coreia do Sul a servir de “modelo” para as nações mais periféricas e em emergência, o fato é que há mais de quatro décadas o país tem vivenciado um processo bastante acelerado de crescimento econômico e modernização estrutural, deixando o Brasil e as similaridades existentes até 1970 para trás.

5- CONCLUSÃO

O propósito desse estudo foi analisar a relação entre as trajetórias de desenvolvimento de Coreia do Sul e Brasil, focando nas políticas econômicas e industriais adotadas. A partir da escolha do tema específico, qual seja, política de promoção de campeões nacionais, decidiu-se por comparar com o Brasil, o país que inspirou nossa política e que melhor soube utilizar essa estratégia como motor de crescimento, a Coreia do Sul. Assim, buscou-se discorrer sobre as diferentes abordagens empregadas desde 1930 e quais foram os resultados dessas decisões, bem como suas implicações para a economia ao longo dos anos.

Desse modo, o presente trabalho procura compreender como países com tantas características comuns nos anos 1940, a exemplo do fato de serem nações periféricas e de industrialização tardia, alcançaram estágios tão distintos de desenvolvimento. Para isso, são expostos e discutidos alguns fatores que podem ser responsáveis, ou que no mínimo, influenciaram tamanha disparidade, como é o caso dos Planos Quinquenais de Desenvolvimento Econômico implementados na Coreia do Sul que diferiram dos vários planos colocados em prática no Brasil pela objetividade e rigidez, mas primordialmente, pelo fato de que estavam em consonância com as demais políticas macroeconômicas do período e se ajustavam diante dos diferentes cenários interno e externo.

No que tange à ascensão da Coreia do Sul ao patamar de país desenvolvido, coube ao Estado o papel de agente indutor do crescimento, uma vez que, através dele se deu o planejamento quinquenal de medidas de diferentes ordens que convergiam para o objetivo de atingir uma economia desenvolvida. No Brasil, no entanto, o planejamento não era um processo contínuo, o que impossibilitou o bom desempenho de boa parte dos planos implementados. Segundo Kon (1994), o planejamento sempre esteve condicionado às condições políticas subjacentes, que quase todo o tempo apresentaram forte instabilidade. Ademais, particularmente após 1980, os planos colocados em prática tiveram a característica de se dedicarem especificamente à estabilização da economia, dadas as condições econômicas conjunturais do país e, portanto, se apresentaram como parciais, sem a globalidade e a abrangência de um plano de desenvolvimento.

Em relação às políticas de promoção de campeões nacionais não foi diferente. A Coreia do Sul, desde o emprego do modelo de substituição de importações, usado como instrumento inicial da estratégia de industrialização, forneceu incentivos e subsídios a grandes conglomerados para que estes estivessem em condições de competir globalmente e impulsionassem a economia como um todo. Portanto, assumiram explicitamente a seleção de um grupo de empresas que aliadas ao governo seriam as responsáveis por transformar o país em uma nação industrializada. Já o Brasil, sequer oficializou a adoção desta política quando décadas mais tarde a utilizou para elevar grandes empresas à alcinha de multinacionais na tentativa de retomar o crescimento econômico no país a partir de 2008.

Diante disso, o trabalho apresenta uma crítica à forma como foi empregada a política de campeões nacionais no Brasil, dado que, ao contrário do proposto pela teoria não foram especificados os critérios para seleção das empresas, não existiram metas de desempenho mínimas a serem atingidas e nem mesmo foram retirados os benefícios das empresas mal sucedidas. Ainda no que diz respeito à adoção de tal política, são escassos os dados apresentados no trabalho – no capítulo alusivo ao Brasil - em função da inexistência de divulgação de relatórios oficiais por parte do governo e especialmente do executor da política de campeões nacionais, o BNDES. Tanto que, as referências desta pesquisa contêm um número bastante significativo de revistas em formato digital, pois foram as poucas fontes onde foi possível encontrar as empresas beneficiadas e alguns dos montantes a elas repassados.

Portanto, ao analisar a efetividade das políticas industriais e os estágios de desenvolvimento de Coreia do Sul e Brasil percebe-se que apesar de seguirem basicamente as mesmas receitas, estes países galgaram trajetórias bem distintas. Seja em função das características próprias de cada nação, da importância assumida pelo Estado e de sua capacidade de planejamento, ou da relação entre os diferentes agentes econômicos envolvidos no processo de desenvolvimento, a evolução histórica descrita no texto procurou mostrar como a Coreia do Sul foi capaz de competir em igualdade de condições com países mais desenvolvidos enquanto o Brasil continua a exercer uma política macroeconômica que não favorece a conjuntura atual nem mesmo é a ideal para uma política industrial que vise à competitividade, o crescimento e o desenvolvimento econômico nacional.

REFERÊNCIAS

ADVFN. **Taxa SELIC Anual**. Disponível em: <<http://br.advfn.com/indicadores/taxa-selic>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

ALMEIDA, M.; OLIVEIRA, R. L. de.; SCHENEIDER, B. R. Política industrial e empresas estatais no Brasil: BNDES e Petrobras. **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2013.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2015.

ATTUCH, L. Os eleitos do BNDES. **IstoÉ Dinheiro**, 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/edicoes/631/artigo155647-5.htm>>. Acesso em 11 fev. 2016.

BCB – Banco Central do Brasil. **Relatório de Economia Bancária e Crédito 2014**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2014.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BRASIL. MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano Brasil Maior**, 2015. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>>. Acesso em 14 fev. 2016.

CANO, W; SILVA, A. L. G. da. Política industrial do governo Lula. **UNICAMP**, 2010. Disponível em: <http://horia.com.br/sites/default/files/documentos/texto181_politica_industrial.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CANUTO, O. O padrão de financiamento na industrialização coreana. **Revista de Economia Política**, vol. 14, n. 3, jul-set. 1994. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/55-1.PDF>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

COELHO, E. M. **Coréia do Sul: Organização industrial e desenvolvimento tecnológico (1960-1990)**. 79 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/ur000001.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

CORONEL, D. A.; AZEVEDO, A. F. Z. de.; CAMPOS, A. C. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**, vol. 34, n. 1, jan-mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572014000100007>. Acesso em: 22 mar. 2016.

COSTA, F. N. da.; DEOS, S. S. de. Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira. **UFRGS**, 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10689/6318>>. Acesso em: 03 dez, 2015.

DE TONI, J. Dez anos da política industrial: conquistas e desafios a superar. **Carta Capital**, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/economia/dez-anos-de-politica-industrial-brasileira-conquistas-e-desafios-a-superar-2913.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

DALL'ACQUA, F. Crescimento e estabilização na Coréia do Sul, 1950-86. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 45, n. 1, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/512/7643>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

GUIMARÃES, A. Q. Estado e economia na Coreia do Sul – do Estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n. 1, mar, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000100003>. Acesso em: 11 mar. 2016.

ISSA, M. Comando do BNDES está no centro do colapso da economia. **EXAME.com**, 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/luciano-coutinho-e-bndes-estao-no-centro-do-colapso>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

JUSTO, M. Por que a América Latina não cresce como a Ásia? **Estadão Internacional**, 2012. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,por-que-a-america-latina-nao-cresce-como-a-asia,899751>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

KON, A. Quatro décadas de planejamento econômico no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 34, n. 3, 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38270/36985>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

LANDIM, R. ‘Campeãs nacionais’ do BNDES patinam. **O Estado de S. Paulo**, 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,campeas-nacionais-do-bndes-patinam-imp-,1006808>>. Acesso em 09 fev. 2016.

LEE, P. H. Investimentos coreanos no mundo: IED e internacionalização das empresas sul-coreanas. **USP**, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22082012-124706/pt-br.php>. Acesso em: 18 dez. 2015.

LIEBL, F. E. **Políticas industriais e o direito da concorrência: o caso TOTVS/Datasul**. 66 f. Monografia (Graduação em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31351/FELIPE%20EDUARDO%20LIEBL.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

LIMA, S. de C. Da substituição de importações ao Brasil potência. **Revista Eletrônica Aurora**, ano. 5, n. 7, jan, 2011. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/4castrolima34a44.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

LIMA, U. M. A inserção da Coreia do Sul na cadeia global automobilística: foco sobre as políticas públicas. **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5258/1/td_2112.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2016.

MASIERO, G. A economia coreana: características estruturais. In: SEMINÁRIO SOBRE BRASIL E COREIA DO SUL, Rio de Janeiro, 2000, p. 1-32. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art6.PDF>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

MASIERO, G. As lições da Coréia do Sul. **UEM**, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/34795/33594>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

MATOS, P. de O. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-08012003-110722/pt-br.php>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

NERY, T. **As diferentes trajetórias percorridas por dois países periféricos de industrialização tardia: Brasil e Coréia**. 2007. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/senado/educacao/artigos/brasil-coreia>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

PEIXOTO, L. E. O protagonismo do BNDES na política externa brasileira recente. **Terraço Econômico**, 2016. Disponível em: <<http://terracoeconomico.com.br/o-protagonismo-do-bndes-na-politica-externa-brasileira-recente>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

PEREIRA, L. C. Mudanças no padrão de financiamento do investimento no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 7, n. 4, p.5-22, dez. 1987. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/28-1.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

PRAZERES, L. Doações da JBS a políticos equivalem a 18,5% de empréstimos com BNDES. **UOL**, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/01/28/doacoes-da-jbs-a-politicos-equivalem-a-185-de-emprestimos-com-bndes.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

SCHAPIRO, M. G. Política industrial. **Artigos Direito FGV**, 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2867/Working%2520paper%252043.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

SOUZA, A. M. BNDES, campeões nacionais, expansionismo e integração regional. **UNESP**, 2012. Disponível em: <<http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/iii-cladhe-xxiii-jhe/ponencias/Matos%20Souza.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 2, p. 163-185, abr-jun. 2006.

ULRICH, F. O desastre da economia brasileira e o gigantesco buraco fiscal do governo. **Instituto Ludwig Von Mises Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2180>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

VILAIN, C. S. **Os caminhos do desenvolvimento econômico percorridos pela Coreia do Sul**. 110 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2013/09/Monografia-do-Cesar-Scotti.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

XAVIER, L. N. **A política de campeões nacionais e os empréstimos internacionais do BNDES: extrativismo econômico retornando ao nacional-desenvolvimentismo e crimes de responsabilidade fiscal**. 2015. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/66fsl345/919u5o22/ykjKeM56fW5h0g9Q.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016.